

**ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e vinte e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Renato Câmara e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhores deputados! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior. Antes, porém, quero apresentar as justificativas de ausência do deputado Zé Teixeira, que se encontra em consulta médica, conforme o Ofício nº 003/GA-AL/MS ZT; e do deputado Marcio Fernandes, que está participando de um evento do Executivo no município de Água Clara, conforme o Ofício nº 001/2024 GA-Alems - MF.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados! *"Ata da Segunda Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e vinte e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Dois da Primeira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 78/2024, do Ministério da Saúde; Ofício nº 2/2024, da Fundação Nacional de Saúde; Ofícios nºs 1, 2, 4 e 5/2024, da Agência Nacional de Telecomunicações; Ofícios nºs 41 e 72/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 1.720/2023, da Prefeitura Municipal de Campo Grande; Ofícios nºs 35 e 83/2024, da Prefeitura Municipal de Campo Grande; Ofícios nºs 1.904 e 1.906/2023, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande; Ofícios nºs 55, 56 e 90/2024, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande; Ofícios nºs 12.249 e 13.118/2023, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Ofícios nºs 5 e 6/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Ofícios nºs 22, 25, 65, 114, 131, 137, 138, 139, 141 e 142/2024, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande; Ofícios nºs 855 e 8.289/2023, da Energisa Mato Grosso do Sul; Carta nº 1.634/2024, da Águas Guariroba; e-mail da Claro Telefonía. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Antonio Vaz, Pedro Kemp, Zeca do PT, Professor Rinaldo, Zé Teixeira, Coronel David, Junior Mochi, Pedrossian Neto e Lia Nogueira. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Gleice Jane, Lucas de Lima e Marcio Fernandes. GRANDE EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp e Junior Mochi. ORDEM DO DIA - Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 262/2023, de autoria do deputado Zé Teixeira. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 307/2023, de autoria do deputado Pedrossian Neto. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - IFMS, Campus de Nova Andradina, na pessoa de sua diretora-geral, senhora Débora Cristina Macorini*

Ocon de Almeida, estendida à sua reitora, senhora Elaine Borges Monteiro Cassiano, aos servidores e aos alunos, pelos quatorze anos de atividades letivas da instituição; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Jamilson Name, endereçada ao valoroso policial militar cabo José Nixon Souza dos Santos, do 2º Pelotão da Polícia Militar em Anastácio, por evitar o suicídio intentado por uma cidadã aquidauanense em ponte sobre o rio Aquidauana; requerimento de informações, de autoria do deputado Zeca do PT; indicações, de autoria dos deputados Lucas de Lima, Jamilson Name, Pedrossian Neto, Renato Câmara, Roberto Hashioka, Neno Razuk e Pedro Kemp. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, sete de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro." Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o deputado Renato Câmara, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Renato Câmara - MDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, caros colegas deputados, público presente e todos que nos assistem pela TV Assembleia e pelas redes sociais! "Expediente da Sessão Ordinária do dia 8 de fevereiro de 2024: Ofícios nºs 5.242 e 5.283/2023, da Presidência da República, respondendo às indicações do deputado Zeca do PT (Prot. nº 6.426/2023); Ofício nº 207/2024, do Ministério da Saúde, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 659/2023); Ofício nº 179/2024, do Ministério Público do Trabalho, respondendo à indicação da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 6.692/2023); Ofício nº 66/2024, do Ministério da Agricultura e Pecuária, respondendo à indicação do deputado Renato Câmara (Prot. nº 5.112/2023); Ofício nº 92/2024, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Neno Razuk (Prot. nº 6.585/2023); Ofícios nºs 1.729, 1.745 e 1.747/2023, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Rafael Tavares e Antonio Vaz (Prot. nºs 4.359, 5.015, 5.774, 5.663/2023); Ofícios nºs 4.629, 4.671 e 4.672/2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Roberto Hashioka, Coronel David e Rafael Tavares (Prot. nº 6.293, 6.471, 6.594/2023); Ofícios nºs 89 e 254/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Coronel David e Marcio Fernandes (Prot. nº 7.002/2023); Ofício nº 502/2024, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Coronel David (Prot. nº 6.103/2023); Cartas nºs 1 e 2/2024, da CCR MSVia, respondendo às indicações do deputado Roberto Hashioka (Prot. nº 5.936/2023); Ofício nº 8.956/2023, da Energisa, respondendo à indicação do deputado Antonio Vaz (Prot. nº 6.730/2023; Carta nº 01.0016/2024, da Claro Telefonía, respondendo à indicação do deputado Jamilson Name (Prot. nº 5.048/2023)." O expediente foi lido, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando o patrolamento e encascalhamento das ruas Steiner Gali, Ruth Felício e Jovenício F. Silveiro, localizadas no bairro Jardim Campo Nobre. Justificativa: os moradores do bairro Jardim Campo Nobre vieram ao nosso gabinete e relataram que a prefeitura realizou o patrolamento e o encascalhamento nas vias do entorno das ruas Steiner Gali, Ruth Felício e Jovenício F. Silveiro, deixando por aí apenas essas. Levando em consideração que nós apresentamos três solicitações de recuperação da rua Steiner Gali a esta secretaria, reiteramos o pedido. Era o que tinha presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas deputados, pessoas que assistem à nossa Sessão! Eu trago algumas proposições. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Energisa de Mato Grosso do Sul, senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, solicitando a realização de melhorias na rede de distribuição de energia elétrica do município de Mundo Novo. Justificativa: o pedido foi formulado pelo vereador Gerson Rezende de Oliveira, da Câmara Municipal de Mundo Novo, em razão de uma demanda apresentada pelos moradores e comerciantes dos bairros Berneck e Fleck, que pedem melhorias na rede de iluminação pública, principalmente nas ruas Natal, Olavo Bilac, Primo Salvador, Júlio Porto e na avenida Brasília. Eles solicitam a troca de transformadores bem como outras melhorias necessárias para a utilização de aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos com segurança. Senhor presidente, eu trago também um projeto de lei, que protocolizei ontem. Penso que ele vai ajudar bastante no combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Nosso mandato tem este tema como uma de suas bandeiras, através do 'Maio Laranja' e de outras ações de conscientização. Eu vou ler o texto. "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista o que dispõe o artigo 52 da Constituição Estadual, aprova e o governador do estado sanciona a seguinte lei: Artigo 1º - Os cartórios de registro civil de pessoas naturais situados no estado de Mato Grosso do Sul deverão comunicar ao Ministério Público Estadual a lavratura do registro de nascimento de bebês cuja mãe ou pai tenham, na data do nascimento, menos de 14 anos, para que sejam adotadas as medidas legais cabíveis; Parágrafo 1º - A comunicação prevista no *caput* deverá ser encaminhada no primeiro dia útil subsequente à lavratura do registro de nascimento, com o envio de cópias dos seguintes documentos: Inciso I - Certidão de Nascimento emitida pelo cartório de registro civil ou; Inciso II - Certidão de Nascimento Vivo, quando se tratava de estabelecimento hospitalar e maternidade. Parágrafo 2º - O envio da cópia da Certidão de Nascimento ou da Certidão de Nascimento Vivo ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul será feita, eletronicamente, por e-mail, para o endereço oficial do órgão, ou por meio de ofício, a escolha do registro civil responsável. Artigo 2º - A comunicação de que trata esta lei é obrigatória e deve ser realizada de forma que não exponha a criança ou adolescente a situações vexatórias ou constrangedoras, sendo assegurado o absoluto sigilo dos seus dados perante terceiros, inclusive pais ou

responsáveis. Artigo 3º - A fiscalização do cumprimento desta lei será realizada pela Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, sem prejuízo da atuação dos órgãos e entidades dedicados à proteção de crianças e adolescentes. Artigo 4º - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação." A proteção às crianças e aos adolescentes é uma imposição constitucional prevista no artigo 207 da Constituição Estadual, nos seguintes termos: "Artigo 207 - As ações do estado de proteção à infância e à juventude serão organizadas nos termos da lei, com base no seguinte: I - a descentralização do atendimento; II - a valorização dos vínculos familiares e comunitários; III - o atendimento prioritário em situações de risco, definidas em lei, observadas as características culturais, sociais e econômicas locais; IV - a participação da sociedade, através das organizações representativas, na formulação de políticas e de programas, bem assim no acompanhamento e na fiscalização de sua execução." Senhor presidente, o projeto, naturalmente, não resolve o problema; mas, ao estabelecer que os cartórios e as maternidades ficam obrigados a comunicar o nascimento de criança fruto de pais com idade menor que 14 anos, nós criamos mais um instrumento, mais um filtro de controle. Então, toda vez que o cartório verificar o problema, enviará o caso automaticamente ao Ministério Público, que investigará se houve o cometimento dos crimes de pedofilia, abuso, exploração sexual. É a sociedade trabalhando por políticas públicas, por uma rede de fortalecimento e de proteção da primeira infância e da adolescência. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, cidadãos e cidadãs que nos acompanham neste Plenário e todos que nos assistem pela TV Assembleia! Presidente, quero apresentar um requerimento que será endereçado a Vossa Excelência. Este requerimento é fruto de uma conversa que tive com o governador do estado, haja vista que estou preocupadíssimo com o estágio de paralisação absoluta das obras de construção da ponte sobre o rio Paraguai do lado brasileiro, na Rota Bioceânica. Sem essa ponte não existe a rota, e sem a rota não existe a ponte. Ou seja, esse casamento é indissolúvel. E, como a obra foi paralisada, e continua paralisada por questões com a Receita Federal, estou apresentando um requerimento. Requeiro, na forma regimental, que seja convocada pela Mesa Diretora desta Casa de Leis, com urgência, uma audiência pública, para que sejam dadas explicações à população sul-mato-grossense a respeito da paralisação das obras de construção da ponte sobre o rio Paraguai, no município de Porto Murtinho, obra importantíssima para a implantação da Rota Bioceânica. Sugerimos que sejam convocadas as seguintes personalidades: o representante legal do Consórcio Paraguai/Brasil, responsável pela realização das obras; o delegado da Receita Federal de Mato Grosso do Sul, senhor Zumilson Custódio da Silva; o superintendente do Dnit em Mato Grosso do Sul, senhor Euro Nunes Varanis Júnior; e representantes do governo do estado. O presidente Lula já manifestou o interesse de visitar juntamente com o presidente do Paraguai a ponte. E é impossível imaginar a visita das duas principais autoridades do consórcio a uma obra paralisada. Por isso, eu insisto que Vossa Excelência, investido da autoridade que tem, promova uma audiência pública, para que possamos discutir a questão da paralisação das obras em Porto Murtinho. Obrigado... Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Presidente, antes de ontem, na sessão de terça-feira, eu apresentei um pedido para que a Procuradoria do Ministério Público e a Secretaria de Meio Ambiente verificassem o problema da pulverização de veneno sobre a comunidade indígena de Caarapó. E qual foi a minha surpresa, deputado Pedro Kemp? Foi ver o comportamento generoso, digno, do presidente do Sindicato Rural de Caarapó, que, em entrevista ao Campo Grande News, textualmente, disse o seguinte: "Precisamos investigar." Isso me deixou muito feliz. Portanto, eu quero parabenizar o presidente do Sindicato Rural de Caarapó pelo comportamento altivo, digno de um presidente de uma entidade que, a par do papel que cumpre, se preocupa com o bem-estar e com a vida da população do seu município. Eu faço este registro, deputado Caravina, deputada Lia Nogueira, deputado Marcio Fernandes, porque uma atitude como essa tem de ser reconhecida. Outro assunto que me traz aqui, presidente, é que ontem Vossa Excelência participou de um belo debate, puxado pelo deputado Pedro Kemp, sobre as perspectivas econômicas do Brasil. E, para minha surpresa, alguns colegas vieram ao microfone torcendo para não dar certo. Mas, hoje cedo eu ouvi uma bela notícia que se contrapõe ao que os torcedores do caos querem. A matéria diz que a balança comercial brasileira registra o maior superávit de sua história. Este é o governo do presidente Lula. Por último, para não lhes tomar tempo, quero fazer um registro. Eu estou impressionado, deputado Pedro Kemp, pelo entusiasmo do povo brasileiro com o Carnaval, que se inicia amanhã. Há muito tempo não vemos nosso povo num clima de otimismo, de euforia, de vontade de ir para a rua comemorar o Carnaval, essa festa popular de grande envergadura. O Brasil inteiro está tomado pela alegria e pela vontade de comemorar este novo momento que o Brasil vive, sem ódio, sem rancor, e pensando no futuro. Aliás, esse espírito de alegria, de vontade de dar certo, que toma conta do povo brasileiro, aqui se expressa. Quero cumprimentar o nosso querido povo de Corumbá, símbolo do Carnaval do nosso estado. Portanto, mesmo que alguns torçam contra, mesmo que alguns não queiram que dê certo, o Brasil caminha para frente. Brasil no rumo certo! Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Todos aqui já estão preparados para o Carnaval. Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, deputada Lia Nogueira, assistentes, público presente, pessoal que nos acompanha pelas redes sociais e pela TV e Rádio Assembleia! Como eu comentei ontem, eu venho hoje apresentar uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno, que seja encaminhada moção de congratulação ao ex-governador Reinaldo Azambuja, por ter sido, na data de ontem, agraciado pela Câmara Federal com a concessão da Medalha do Mérito Legislativo. Se aprovada, a presente moção deverá ser redigido e encaminhado da seguinte forma: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição do deputado Caravina e demais parlamentares, congratula-se com o senhor Reinaldo Azambuja, ex-governador do estado de Mato Grosso do Sul, pela Medalha do Mérito Legislativo outorgada a ele pela Câmara Federal, em solenidade realizada no dia 7 de fevereiro de 2024, em reconhecimento pelo trabalho à frente do

Poder Executivo de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2015 e 2022. Nascido em Campo Grande, no ano de 1963, Reinaldo Azambuja iniciou-se na política no ano de 1996, quando foi eleito prefeito de Maracaju, tendo sido reeleito quatro anos depois com mais de 61% dos votos; em 2006, o homenageado foi eleito deputado estadual, com mais de quarenta e sete mil votos, a maior votação da história, até então; na eleição de 2010, Reinaldo Azambuja foi eleito deputado federal, com mais de cento e vinte e dois mil votos; nas eleições de 2014, o homenageado concorreu ao cargo de governador do estado, e foi eleito com mais de 55% dos votos e foi reeleito em 2018, com 52,35% dos votos. Nos oitos anos à frente do Poder Executivo do estado, Reinaldo Azambuja destacou-se nas áreas da saúde, assistência social, educação, segurança pública, infraestrutura e economia, mesmo em meio a uma crise sanitária e financeira sem precedente advinda da Covid. Graças aos avanços em todos os setores, o homenageado elegeu seu sucessor, Eduardo Riedel, que tem como missão dar continuidade ao trabalho iniciado por Reinaldo e que colocou o estado em um patamar nunca antes visto. O homenageado é merecedor da importante honraria concedida pela Câmara Federal, que vem reconhecer os feitos do ex-governador enquanto esteve à frente do nosso estado." Peço a aprovação dos pares... Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Eu quero, agora, discorrer sobre um assunto relativo à área da veterinária, deputado Marcio Fernandes. Uma das pautas que defendi enquanto estava na Secretaria de Governo e que vou defender aqui é a proteção aos animais. Por que eu trago este assunto à tribuna? Hoje foi publicada no Diário Oficial — e tem a ver com um pedido que fiz ao governador — a nova estrutura da Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Cultura. E a Assessoria de Proteção Animal recebeu uma nova nomenclatura, agora ela se tornou superintendência, ganhou um corpo maior, duas coordenadorias. Isso será muito melhor para esta causa tão importante. Eu me recordo de que, quando prefeito de Bataguassu, ainda no primeiro mandato, aquele foi o primeiro município a adquirir o castramóvel; depois nós concedemos o veículo ao Codevale, Consórcio do Vale de Ivinhema, que passou a fazer castração na região do Vale de Ivinhema. Então, a coisa foi feita com recurso de Bataguassu mesmo. Lógico que o deputado Marcio Fernandes tem atuado bastante nessa área, tem feito aquisições de castramóveis, mas nós adquirimos o primeiro da região. Nós estamos juntos com o deputado Marcio Fernandes, que é da área e que defende essa causa. Nós vamos trabalhar para fortalecer cada vez mais a área de proteção aos animais. Inclusive, a pedido da senadora Soraya Thronicke, foi colocada uma emenda de 5 milhões de reais para a Setesc, que vai promover licitação, para que seja feita castração em todo o estado, um grande programa que foi lançado. O senhor sabe, o senhor estava presente, falou em nome da Assembleia. O Programa de Castração Animal atenderá todo o estado de Mato Grosso do Sul. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Osmar Ajala da Costa, do município de Bodoquena. Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, eu peço permissão para ler os meus expedientes aqui da mesa. Obrigado. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao ministro de estado de Integração e do Desenvolvimento Regional, senhor Waldez Góes, ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao diretor-presidente da Sanesul, senhor Renato Marcílio, solicitando que sejam tomadas providências no sentido de levar abastecimento de água ao assentamento Pé de Cedro, no município de Bonito. Trata-se de um pleito encaminhado ao nosso gabinete pela Câmara Municipal de Bonito (Ofício nº 429) e pelo vereador Lucas Leandro Paes. Esse problema precisa ser resolvido urgentemente, e de uma forma conjunta. Precisamos de recursos financeiros, precisamos que seja feita uma parceria entre o governo federal e o Ministério da Integração. Esperamos que as tratativas sejam feitas. Outra indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador do estado, Eduardo Riedel, ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja, solicitando, em caráter de urgência, a realização de obras de manutenção, patrolamento e encascalhamento, na rodovia MS-134, da fazenda Madre Teodoro até a fazenda Douradinha, no município de Santa Rita Santa Rita do Pardo. Na região existem várias unidades de suinocultura que precisam transportar leitões, buscar ração, enfim, e há também muitos agricultores, e todos estão sendo prejudicados por conta da má conservação da MS-134. Era isto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares! Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópias autônomas ao senhor Janine Lima Bruno, diretor-presidente da Agetran, solicitando a implementação da faixa de acesso à avenida Ministro João Arinos com a rua Jerônimo Costa. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópias autônomas ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Marcelo Miglioli, e ao diretor-presidente da Águas Guariroba, senhor Themis de Oliveira, solicitando reparos na rede de esgoto na avenida Mato Grosso com a rua José Antônio, pois há vazamento nos canos. A proposta em questão atende à solicitação encaminhada ao nosso gabinete pelo senhor Pedro Urbietta. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, membros da Mesa Diretora, colegas deputadas, deputados, senhoras e senhores e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Assembleia! Tenho aqui três moções de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o

colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao professor doutor Cláudio Zarate Sanavria, pela sua gestão como diretor-geral no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Nova Andradina, no período de 2015 a 2023. Ele é bacharel em Análise de Sistemas e especialista em Engenharia de Websites pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pedagogo pelo Centro Universitário da Grande Dourados, especialista em Gestão Escolar pela Universidade de São Paulo, mestre em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco, e doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Em 2010, assumiu o concurso no IFMS em Nova Andradina, no primeiro campus aberto pela instituição no estado. Em 2015, participou do primeiro processo eleitoral e foi eleito diretor-geral da instituição, sendo reconduzido em 2019, em novo pleito, totalizando oito anos à frente do IFMS, Campus Nova Andradina. Outra moção. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação à senhora Regina Maria Duarte, por sua eleição à presidência do Fórum Nacional dos Conselhos de Trânsito (Focotran), biênio 2024-2025. Atualmente, ela é presidente do Conselho Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (Cetran-MS) e tem como marcas da sua administração a interiorização das ações e o fomento à municipalização de trânsito. Em 30 de janeiro de 2024, foi eleita presidente do Fórum Nacional dos Conselhos de Trânsito (Focotran), e será responsável por representar vinte e seis Conselhos Estaduais de Trânsito (Cetrans) e o Contradife (Distrito Federal) no biênio 2024-2025. O Focotran tem como alguns de seus objetivos o fomento e a efetivação da integração dos órgãos ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT e a promoção do seu fortalecimento, com vistas à integração dos Cetrans e o do Contradife, e a debater sobre normas, legislação e procedimentos em níveis estaduais e regionais. Por último, requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação à tenente-coronel Marlise Helena Ribeiro Bernardes Barros, primeira mulher a comandar o maior e mais antigo grupamento dos bombeiros do estado, o 1º GBM - Grupamento de Bombeiro Militar, sediado em Campo Grande, em cerimônia marcante, realizada no dia 26 de janeiro de 2024. A tenente-coronel formou-se oficial do Corpo de Bombeiros Militar pela Academia de Brasília, em 2006. Além de sua formação em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Engenharia de Incêndio pela Universidade Católica de Brasília e licenciatura em Letras pela Uniderp, ela possui pós-graduação em Engenharia e Segurança do Trabalho, Gestão de Segurança Pública e Direito Militar. Atualmente, é mestranda em Administração Pública pela UFMS. Com uma sólida base de cursos operacionais, incluindo Primeira Resposta em Atendimento com Produtos Perigosos, Perícia de Incêndio Florestal, Cães de Guerra, Curso de Formação de Cinotécnico, entre outros, a tenente-coronel já desempenhou diversas funções ao longo de sua carreira, destacando-se como a primeira mulher a comandar a Academia de Bombeiros Militar de MS. Com seu conhecimento e experiência, assume o comando do 1º GBM, trazendo consigo uma trajetória profissional notável. Além disso, é tutora do cão Mike, com quem realiza atividades sociais no projeto 'Cão Herói, Cão Amigo'. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, população que nos assiste, população presente, imprensa e servidores

desta Casa, bom dia! Eu faço uso da palavra para apresentar algumas proposições. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Lopes, prefeitura municipal de Campo Grande, ao senhor Janine de Lima Bruno, diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, e ao senhor Ednei Marcelo Migloli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, por cópias autônomas, solicitando melhorias na avenida Ricardo Brandão, próximo ao número 1.155, conforme abaixo: "1) redutor de velocidade, com elevação, com o intuito de reduzir a velocidade dos veículos na região e, conseqüentemente, aumentar a segurança dos pedestres e veículos que utilizam a alça da avenida Ceará, bem como facilitar o acesso dos moradores, alunos e trabalhadores da região; 2) sentido duplo de via. Adicionalmente, solicito o retorno do sentido duplo da rua Dona Ambrosina e rua Nova Era, entre a rua 15 de Novembro e a rua Joaquim Murtinho, de modo a facilitar o acesso à avenida Ceará e à avenida Afonso Pena, sentido Parque dos Poderes, considerando as dificuldades de retorno existentes no local. E é bom lembrar que, só nesse trecho, de 400 metros, existem, hoje, oito prédios, além do estacionamento da Uniderp. O trânsito ali é complicado. Portanto, a comunidade local solicita atendimento. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mario Azambuja Rondon, por cópias autônomas, solicitando a execução de obras de patrolamento e encascalhamento na rodovia MS-217, no trecho que liga Alcinoópolis a Costa Rica, principalmente da BR-359 até o Morro da Galinha, bem como a realização de estudos para futuramente pavimentar a referida via, que se mostra um elo vital para o desenvolvimento econômico e social do estado de Mato Grosso do Sul. Esta solicitação atende ao pedido formulado pela vereadora Isabel de Souza Silveira, da Câmara Municipal de Alcinoópolis. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, ao secretário de estado de Turismo, Esporte e Cultura, senhor Marcelo Ferreira Miranda, e ao diretor-presidente da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Mendes Pinto, pelo lançamento do belíssimo evento 'MS Cultural', na noite de 5 de fevereiro, reunindo mais de cem projetos e programas que acontecerão no decorrer do ano de 2024. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida nos termos que se seguem. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos da senhora Haifa Cafure Melgarejo, pelo seu falecimento, aos 96 anos, no dia 23 de janeiro de 2004. Sua família contribuiu para o fortalecimento do comércio do nosso estado. Se aprovada, a moção poderá ser redigida nos termos que se seguem. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao presidente da Fundação Nacional de Saúde, senhor Alexandre Motta, solicitando a perfuração e construção de posto artesiano, com uma bomba, um quadro e um kit de placas solares completo na sede da Associação dos Mercadores de Coxim (Amec), que é a Feira do Produtor, situada na rua Afonso Costa Campos, no bairro Flávio Garcia, em Coxim. O pleito encontra justificativa no anseio dos sessenta e cinco ocupantes de boxes na referida feira. Ofício anexo. Por fim, senhor presidente, outra indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Saúde, senhor Maurício Simões Correa, solicitando recursos, por meio convênio ou execução direta, para a execução de obras e

revitalização, reparos e ampliação de pelo menos duas unidades de saúde já existentes no município de Dourados, ampliando, assim, o serviço de urgência e emergência do município. O pleito encontra justificativa no pedido do vereador Olavo Henrique dos Santos, da Câmara Municipal de Dourados, Ofício nº 662/2023. Era só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não há mais oradores inscritos. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: três indicações (Prot. nºs 00084/2024, 00083/2024, 00085/2024). De autoria do deputado João Henrique: uma indicação (Prot. nº 00082/2024). De autoria do deputado Caravina: uma moção de congratulação (Prot. nº 00080/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: duas indicações (Prot. nºs 00078/2024, 00079/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: um projeto de lei (Prot. nº 00076/2024). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma moção de congratulação (Prot. nº 00077/2024). De autoria do deputado Marcio Fernandes: quatro indicações (Prot. nºs 00094/2024, 00095/2024, 00096/2024, 00093/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 00092/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 00090/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: três moções de congratulação (Prot. nºs 00086/2024, 00087/2024, 00088/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 00081/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: um requerimento (Prot. nº 00089/2024).). Encerrado o Pequeno Expediente. Registramos e agradecemos a presença em peso aqui dos vereadores da Câmara Municipal de Cassilândia: Arthur Barbosa, José Martiniano, Luiz Fernando, Josimar e Fernanda. É uma satisfação tê-los aqui conosco. Obrigado pela presença em nossa Casa da Democracia. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Não há mais oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário sobre o quórum para deliberação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Dezesesseis deputados presentes. Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Hoje há vários colegas deputados em agenda no município de Água Clara, por conta do lançamento de obras, inclusive de um aeroporto. Eles estão representando a nossa Casa. O nosso primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, também está em Água Clara. Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 172/2023. Autor: deputado Professor Rinaldo. "Dispõe sobre a garantia de matrícula de irmãos na mesma unidade escolar da Rede Pública Estadual de Ensino." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 172/2023, de autoria do deputado Professor Rinaldo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São quatorze votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 207/2023. Autor: deputado Roberto Hashioka. "Estabelece diretrizes para a instituição da Política de Resolução de Conflitos nas escolas estaduais de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por maioria, com

a Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão...

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Quero agradecer aos membros da CCJR, em especial ao nosso amigo Antonio Vaz, pela manifestação favorável ao projeto, pela constitucionalidade, e registrar que, para elaborarmos esta proposta, consultamos a secretária de Educação, e levantamos seus interesses. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Vou declarar meu voto favorável, porque nós estamos falando aqui da constitucionalidade; portanto, não vejo motivo para votar contra. Mas eu gostaria de dizer que este projeto diz respeito às escolas e que, portanto, vou fazer um debate ainda com o sindicato, com a educação, sobre isso, para entender a necessidade de um projeto sobre a sobrecarga de trabalho nas escolas. Nós precisamos fazer um debate a respeito disso juntamente com a categoria, até porque os conflitos internos da escola a gente sempre conseguiu administrar tranquilamente. Portanto, eu vou votar favoravelmente hoje, mas vou debater com a comunidade escolar. Com base nas discussões com a categoria, decidirei como votarei futuramente sobre o assunto. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação... Para declaração de voto, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Na mesma linha da deputada Gleice Jane, vou declarar meu voto favorável, até porque estamos discutindo a constitucionalidade do projeto. Mas, obviamente, essa discussão precisa ser feita, precisa ser aprofundada. Aliás, esta Casa já fez essa discussão. Então, nós temos que ter um cuidado grande, estabelecer um consenso, para que isso de fato seja implantado. Eu parablenizo o deputado Roberto Hashioka por trazer a questão. O tema gera muita discussão. Nós temos que nos aprofundar no assunto, para que, no momento em que a proposta chegar à Comissão de Educação, possamos analisá-la e tomar a melhor decisão possível. Voto sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para declarar meu voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, a Secretaria de Educação, nos últimos anos, teve a proposta da chamada Justiça Restaurativa nas Escolas, que vai justamente na perspectiva de resolução de conflitos, uma vez que a escola, muitas vezes, enfrenta problemas relativos à violência, ao tráfico de drogas, entre outros; e esses são problemas que existem na sociedade, e como a escola faz parte da sociedade, ela também acaba refletindo esses problemas. E a proposta da Justiça Restaurativa, que foi implementada e acompanhada por uma equipe do Tribunal de Justiça e da Secretaria de Educação, obteve resultados muito positivos nas escolas, no que tange à resolução de conflitos. Acredito que o projeto do deputado Roberto Hashioka pode contribuir para esse debate. Nós precisamos dar suporte às escolas, para elas enfrentarem o problema de violência, de indisciplina, mas sempre na perspectiva da pedagogia, da educação, e nunca na perspectiva polícial, de punição, de prender etc. É preciso buscar a resolução de conflitos, de forma pedagógica, educativa. Este é o papel da escola; e a sociedade tem o dever de contribuir para isso também. Portanto, acredito que o projeto do deputado contribui para o debate, acredito que, na discussão do mérito, nós poderemos, inclusive, aprofundar-nos mais no tema. Parabéns, deputado, pela propositura.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, eu quero, inicialmente, cumprimentar o meu colega deputado Roberto Hashioka e dizer que tudo aquilo que nós pudermos fazer para que o corpo docente tenha um ambiente saudável, no qual tenha condições de trabalhar, temos que fazer. Nós temos várias leis aqui que versam sobre este assunto, uma delas, inclusive, de minha autoria, foi um dos primeiros projetos que apresentei aqui, criando políticas públicas de prevenção à violência contra o educador. Para que Vossa Excelência e os demais colegas saibam a que ponto chegamos, tivemos de fazer leis para dar ao professor melhores condições de trabalho. O professor, que recebeu de Deus a missão tão nobre de libertar as pessoas da escuridão, de formar cidadãos, muitas vezes acaba sendo prejudicado, acaba sofrendo ameaça física e psicológica. Isso extrapola os limites da razão humana. Há casos, como vimos, em Mato Grosso do Sul e em outros estados. Inclusive, na escola do distrito Casa Verde, um professor foi assassinado por um aluno. Então, nós apresentamos o projeto, e ele virou lei. Depois de muito tempo, agora nós conseguimos o Centro de Monitoramento, que é muito importante. Agora temos mais essa propositura — e os colegas deputados Gleice Jane, Junior Mochi e Pedro Kemp também entenderam sua importância. É preciso que nós analisemos, de forma bastante criteriosa, o projeto em pauta. Quero aproveitar e adiantar aos senhores que nós faremos uma reunião com o secretário Hélio Daher, dia 21, e já fica aqui já o convite a todos os colegas; o deputado Junior Mochi estava comigo na hora que confirmamos essa reunião, juntamente com os demais membros da Comissão de Educação, o deputado Caravina, que assume agora o lugar do João César Mattogrosso, a deputada Gleice Jane e a deputada Mara Caseiro. Nossa reunião será feita no Plenarinho Nelito Câmara. Nós discutiremos sobre a educação, sobre as aulas deste ano que se inicia,

enfim. E acredito que nós já teremos a oportunidade, deputado Pedro Kemp, de analisar essa propositura. Parabênizo a iniciativa, a preocupação do colega deputado Roberto Hashioka. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Dezesesseis votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Quero informar aos senhores deputados que nós estamos até acelerando a Sessão, porque, neste momento está acontecendo, na Sala da Presidência, uma reunião com os técnicos do Executivo, os chefes de gabinete e o pessoal jurídico sobre as emendas parlamentares. Item 3. Em discussão única e votação simbólica: dois requerimentos, vinte e seis indicações e duas moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento da senhora Norma Everlyn. Proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento da senhora Darcy Ribeiro Soares. Proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor Levi Faustino. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Quero fazer um comunicado: está havendo a reunião na presidência e o evento de Água Clara. Alguém me perguntou se os deputados estariam no Carnaval até quinta feira, e eu disse: é verdade. Eu estou recebendo as confirmações sobre onde os deputados estarão durante o Carnaval. Uns colegas estarão em Campo Grande, outros em Corumbá, Paranaíba, Bonito, Nioaque, Aparecida do Taboado, Dourados, Porto Murtinho, alguns passarão por mais de uma cidade, enfim. Eu gostaria de receber mais confirmações... Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Presidente, eu faço uso da palavra apenas para informar a Vossa Excelência de que, ontem, eu recebi em meu gabinete, e provavelmente outros deputados e deputadas receberam também, uma delegação das lideranças das colônias de pescadores de nosso estado. O pessoal está preocupado com algumas demandas absolutamente plausíveis, importantes, as quais precisamos encaminhar. Olhe, tramita nesta Casa — não sei por proposição de quem, e também não me interessa saber — um projeto de lei que prorroga por mais cinco anos a não captura do dourado em nossos rios. Eu sou pescador, pesco na Foz do Apa. E quero dizer que, por conta de uma decisão do governador Reinaldo Azambuja, nossos rios estão sendo repovoados por dourados, que, inclusive, são predadores e estão apavorando as outras espécies de peixes, deputado Pedro Kemp. E, sem nenhum estudo técnico da Embrapa, por exemplo, apresentam um projeto aqui, que prorroga a não captura de dourado por mais cinco anos. A delegação dos pescadores está preocupada com isso e quer rever a questão da medida de captura. Quando eu assumi o governo, a medida de captura era uma e a quantidade era outra, era 30 quilos e qualquer tamanho. O nosso governo baixou para 10 quilos mais um exemplar. No governo do Reinaldo, isso baixou para outra dimensão. Agora, não sei por ideia de

quem, definiu-se um tamanho de peixe, e nem os pequenos nem os grandes... A verdade é que o peixe bom está sendo largado, machucado e acaba sendo devorado por outros. Nós precisamos discutir isso e pegar um parecer técnico da Embrapa Pantanal. Diante disso, quero propor ao deputado Renato Câmara, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que façamos uma audiência pública, a fim de discutirmos melhor essa questão. Eu falei com o governador Riedel sobre isso. Precisamos rediscutir, nesta Casa, este assunto e também sobre a pesca profissional. Quero terminar elogiando o governo do estado, mais uma vez, porque ontem foi reconstituído e reempossado o Conselho de Pesca (Conpesca), a quem cabe definir os parâmetros de medidas, a política de pesca em Mato Grosso do Sul. A deputada Gleice Jane sabe de tudo isso. Então, nós faremos a audiência pública e convidaremos a Embrapa, a Sema, o Ibama, enfim, para elaborarmos um novo projeto, que atenda às demandas dos pescadores.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, senhor presidente. Eu quero complementar a fala do deputado Zeca do PT. Ontem, realmente, uma equipe grande de pescadores da Federação e de várias associações vieram aos nossos gabinetes para conversar sobre isso. Os pescadores nos apresentaram uma solicitação. Na verdade, eles querem que os movimentos e organizações ligados aos pescadores componham também a Frente Parlamentar pela Pesca. Quem está presidindo a frente atualmente é a deputada Mara Caseiro. Os pescadores farão essa provocação por escrito. A demanda é legítima, até porque são eles que estão no dia a dia nos rios. Portanto, eles merecem fazer parte desse debate. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Daniel Cabral, vereador do município de Guia Lopes da Laguna. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS.** Pelo livro de inscrições, com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de dez minutos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, eu tenho que fazer aqui o registro da operação realizada da Polícia Federal hoje em vários estados, inclusive aqui em Mato Grosso do Sul, em continuidade às investigações sobre a tentativa de golpe de Estado ocorrida no dia 8 de janeiro do ano passado, que foi precedida por uma série de manifestações em frente a quartéis, em vários municípios do Brasil. Importante dizer que uma tentativa de golpe militar, que uma tentativa de ruptura da democracia, do Estado de Direito, não pode ficar impune. Senão, deputado Pedro Pedrossian, o país vira uma bagunça. Quem quer destruir a sede dos três Poderes, vai. Quem quer ameaçar o Supremo Tribunal Federal, ameaça. Outro joga uma bomba e fica por isso mesmo. Ora, isso tem de ser investigado e os responsáveis têm de ser punidos. Quem atentou contra a democracia tem de responder por isso, de acordo com a Constituição. Então, hoje nós amanhecemos com a notícia de que as pessoas, inclusive militares de alta patente, terão de responder pelos seus atos. Acho que isso demorou, afinal de contas, já se passou um ano do 8 de janeiro. Interessante que a Polícia Federal prendeu hoje o Felipe Martins, ex-assessor especial de Bolsonaro; Marcelo Câmara, coronel da reserva do Exército, que foi citado em investigações como a dos presentes oficiais vendidos pela gestão do Bolsonaro, as joias que foram vendidas, e a das supostas fraudes nos cartões de vacina da família Bolsonaro; Rafael Martins major das Forças

Especiais do Exército; o Bernardo Romão Correia Neto, coronel do Exército, alvo do quarto mandato, não foi detido porque está nos Estados Unidos. Mais um fujão esse coronel Bernardo. Além disso, também foram cumpridos mandados de busca e apreensão. General Braga Neto, candidato a vice-presidente na chapa de Bolsonaro; General Augusto Heleno, olhe aí o Augusto Heleno, ex-GSI; general Paulo Sérgio Nogueira ex-ministro da Defesa do Bolsonaro; Anderson Torres, já conhecido por todos, que foi ministro da Justiça de Bolsonaro; Valdemar da Costa Neto, presidente do PL, partido do presidente Bolsonaro; almirante Almir Garnier Santos, ex-comandante-geral da Marinha; general Estevam Teófilo Gaspar de Oliveira, ex-chefe do Comando de Operações Terrestres do Exército; Terço Arnor Thomas, ex-assessor de Bolsonaro, considerou um dos pilares do chamado gabinete do ódio. Vejam, senhores, havia um gabinete do ódio em funcionamento. Tem mais. Aílton Gonçalves de Moraes Barros, capitão reformado do Exército, expulso após punições disciplinares; Amauri Feres Saad, advogado citado na CPI dos atos golpistas como mentor intelectual da minuta do golpe, encontrada com Anderson Torres. Lembram da minuta do golpe? A minuta foi apreendida na casa do Anderson Torres; Ângelo Martins, major da reserva do Exército; Cleverson, coronel do exército; Éder, empresário que teria ajudado a montar um falso dossiê apontando fraudes nas urnas eletrônicas. E aí vai. A lista é longa. E, por último, o fujão Bolsonaro, que, para não fugir de novo, tem 24 horas para entregar seu Passaporte. Ele tem de ficar no Brasil e responder por seus atos. Inclusive, todos se lembram, no dia 7 de setembro ele já ameaçava colocar os tanques nas ruas, aquela bravata toda. Tudo culminando nos acampamentos em frente aos comandos do Exército, em vários municípios e capitais. E depois ocorreu aquela patifaria, o 8 de janeiro, a depredação à sede dos Poderes. Muitos bolsonaristas atacam o ministro Alexandre de Moraes, o Xandão, dizendo que ele é ditador da Justiça. Mas nós temos que dizer que as instituições estão funcionando, o Poder Judiciário está fazendo a sua parte, a Polícia Federal está agindo; e todos aqueles que atentaram contra a democracia vão responder pelos seus atos e serão punidos, para que isso nunca mais aconteça no Brasil. O Brasil é uma democracia que vem se consolidando, a democracia é um regime que precisa ser aperfeiçoado; mas, a pior democracia é melhor do que qualquer ditadura, a pior democracia é melhor do que qualquer ditadura. Ditadura nunca mais! Golpe de Estado no Brasil nunca mais! Que prevaleça a democracia. Que a democracia seja aperfeiçoada pelas instituições e pela sociedade civil organizada. Saudações à Polícia Federal pelo brilhante trabalho. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique... Senhores, neste momento, eu vou passar a presidência para o deputado Marcio Fernandes, para que eu possa acompanhar a reunião com os técnicos lá na presidência. Lembrando que, quarta-feira, a partir das 13 horas, a Assembleia estará aberta, todos os gabinetes estarão abertos e funcionando. E na quinta-feira, 15 de fevereiro, às 9 horas, realizaremos nossa sessão normalmente, já com pauta da CCJR para a próxima semana.

PRESIDENTE (deputado Marcio Fernandes - MDB) — Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador —

Obrigado, senhor presidente. Eu subo à tribuna porque não poderia deixar de me manifestar sobre o que está acontecendo no país. Eu, que sou estudioso da história, e a respeito, lembro da jornada de um homem que ficou com seu registro marcado pela importância dos seus feitos: Napoleão Bonaparte. Em determinado momento, o povo francês, durante a revolução, entregou a ele o conceito maior que pode existir, senhor presidente, de governança, o consentimento. Napoleão Bonaparte travou muitas batalhas justas, direcionou o povo francês, até que sua insanidade fez com que ele se autocoroasse e dissesse aquela célebre frase: "O Estado sou eu". Ali começou a caminhada errônea de Napoleão Bonaparte. Luís XIV foi o autor da frase, mas Napoleão agia como se fosse o Estado. Napoleão Bonaparte perseguiu os russos num inverno extremo, tendo a certeza de que poderia reinar, deputado Pedrossian Neto. Começou um processo persecutório, no meio de um dos maiores invernos, sem que estivessem preparados e sem levar em conta a capacidade de resistência, de enfrentamento, de combate dos russos, menosprezando-os. Os suprimentos que existiam nas cidades russas foram saqueados por Napoleão e para manutenção do seu exército, para que os soldados continuassem sua jornada. Até que os russos começaram a colocar fogo em suas próprias cidades e em seus suprimentos, para que pudessem derrotar Napoleão Bonaparte. Um exército de, aproximadamente, 500 mil homens foi levado para a Rússia, e voltaram 50 mil, apenas. A partir daquele momento, o povo francês enxergou que o estado napoleônico estava cometendo atrocidades, injustiças na condução da França. E o que vemos, hoje, acontecendo aqui no país, deputado Pedrossian Neto, é uma espécie de perseguição napoleônica. Essa difusão dos Poderes, na qual vemos uma pessoa condenada por crime do colarinho branco, lavagem de capitais, corrupção ativa, corrupção passiva, confissões, devolução de montanhas e rios de dinheiro aos cofres públicos, assim dizendo: "Fiz, desviei e roubei o Estado e a Nação". Após tudo isso, nós vimos um processo de descondenação de quem condenado era. E concomitantemente com os mandados de busca e apreensão por conta de perseguição a baleias, há operações contra pessoas que lavaram capitais. Essas pessoas gastarão seu réu primário, fazendo acordos, confissões, e daqui a 3 meses, 6 meses, estando, provavelmente, beneficiados pela progressão de um regime, aproveitando parte da quantia que roubou do estado e da nação. A pessoa que importunou a baleia vai para a cana. O que me traz hoje à tribuna, deputado Pedrossian Neto, é que, antigamente, num passado não tão remoto, as pessoas não discutiam justiça por detrás das decisões judiciais. Isso tem incomodado a nossa Suprema Corte. Hoje, as pessoas avançaram intelectualmente e sentem-se aptas e confortáveis a discutir o que há por detrás das decisões judiciais, das operações de Estado. E essa revolta, deputado Pedrossian Neto, pode abalar esse conceito de governança que emprestou a possibilidade de reino a Napoleão Bonaparte, 'o consentimento'. Porque a população não entende, e ela há de se levantar quando o injusto governa, quando por detrás de uma operação da justiça ocorre uma operação política. É isso que estamos vendo. Nós vimos diversas acusações ao presidente Bolsonaro, presidente que, logo no início do seu mandato, proferiu a frase que ficou muito conhecida: "Ou ficar a Pátria livre, ou morrer pelo Brasil". Eu prefiro a minha pátria livre, eu prefiro a liberdade de expressão, de opinião, de pensamento, de reflexão, de crítica, de oposição. O que nós estamos vendo hoje é o governo descontente com as instituições que condenaram o presidente da República, até que ele fosse descondenado. Então, saibam que estaremos atentos, vigilantes e ao lado



daquele que é o supremo, ao lado daquele a quem subo à tribuna para cumprimentar e oferecer total e plena rendição: o povo, o senhor de quem emana o poder.

PRESIDENTE (deputado Marcio Fernandes - MDB) — Não há mais oradores inscritos. Registramos e agradecemos a presença dos vereadores de Bela Vista: Jefferson, Edinho Duarte, doutor Jones e Oraldino; e do vereador Mariano, do município de Guia Lopes da Laguna. Pois bem. Senhoras e senhores, nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (10h40min).